

EXTERIOR CEARENSE (1989-2016): RESTRIÇÕES E POTENCIALIDADES

Foreign trade of Ceará (1989-2016): restrictions and potentialities

Maria Cristina Pereira de Melo

Economista. Doutor e Pós-doutor em Economia pela Université de Paris VIII. Professora Titular da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Avenida da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza, Ceará, Cep 60120-180 (UFC). melomariacristina@gmail.com

Francisco Laercio Pereira Braga

Economista. Mestre em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do curso de Administração de Empresas da Universidade Estadual do Ceará (Uece). laercio.braga@uece.br

Jair do Amaral Filho

Economista. Doutor e Pós-doutor em Economia pela Université de Paris XIII. Professor Titular da Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Avenida da Universidade, 2431, Benfica, Fortaleza, Ceará, Cep 60120-180. amarelojair@gmail.com

Resumo: Este trabalho propõe identificar as restrições e potencialidades do comércio exterior cearense no período 1989-2016. A metodologia utilizou indicadores de comércio exterior como grau de abertura da economia, coeficiente de importação, *Market-share*, taxa de cobertura relativa das importações, coeficiente de especialização relativa e índices de concentração e de comércio intrassetorial. Os resultados mostraram que o comércio exterior cearense, ao longo de quase trinta anos, deteve baixa participação nas vendas e compras externas nacionais, contudo, apresentou mudanças expressivas a partir da década de 1990. Novos produtos entraram na pauta e novos mercados foram conquistados. Alguns fatores foram responsáveis pelo desempenho externo estadual no período considerado. Destacam-se a política de atração de investimentos do Governo do Estado, a entrada em operação do porto do Pecém e a implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na Zona de Processamento de Exportação do Pecém (ZPE). As restrições a serem transpostas referem-se, dentre outras, à concentração da pauta exportadora em produtos de baixo valor agregado e à concentração espacial dos principais municípios exportadores.

Palavras-chave: Competitividade Internacional; Estado do Ceará; Comércio Externo.

Abstract: This paper proposes to identify the restrictions and potentialities of the trade of Ceará from 1989 to 2016. The methodology used indicators of foreign trade such as the degree of openness of the economy, import coefficient, market-share, relative import coverage ratio, relative specialization coefficients, and intra-industry concentration and trade indices. The results showed that the foreign trade of Ceará, during almost thirty years, had a low participation in national sales and purchases, however, it showed significant changes from the 1990s. New products were brought to the fore and new markets were conquered. Some factors were responsible for the state's external performance in the period considered. Of particular note are the investment attraction policy of the State Government, the start-up of the Pecém Port and the implementation of Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) in the Export Processing Zone of Pecém (ZPE). The restrictions to be transposed refer, among others, to the concentration of the export tariff in products with low added value and to the spatial concentration of the main exporting municipalities.

keywords: International Competitiveness; State of Ceará; Foreign Trade.

1 INTRODUÇÃO

O processo de abertura da economia brasileira, iniciado nos anos de 1990, provocou resultados que estão fortemente associados à forma de inserção do país e de cada região/estado no mercado internacional. Esse processo submeteu as empresas brasileiras a um processo de reestruturação produtiva, as quais passaram a investir mais em pesquisa e desenvolvimento e a buscar regiões onde pudessem obter condições melhores para produção com custos mais baixos (BRAGA; VILHENA; LIMA, 2017). A intensidade e a natureza da abertura comercial se reproduzem de maneira diferenciada nos diversos espaços econômicos e estão diretamente relacionadas com os aparelhos produtivos locais, os quais traduzem a especialização regional captada pelos estados.

Segundo Fontenele e Melo (2003), a relação entre abertura econômica e crescimento da economia é um dos pontos fortes de divergências na literatura econômica, pois há evidências de que a influência do comércio internacional sobre o crescimento econômico não permite conclusões definitivas, enquanto outra corrente aprofunda a discussão de que o crescimento é influenciado pela forma e ritmo em que o processo de abertura ocorre. Sachs e Warner (1995), por exemplo, defendem que as economias abertas convergem mais rapidamente para um estado de crescimento do que as economias fechadas.

Diante deste quadro, assistiu-se, a partir da década de 2000, o crescimento do comércio externo brasileiro, apoiado, principalmente, pela expansão das exportações. A região Nordeste apresentava-se, no mesmo período, menos aberta ao comércio exterior que a economia brasileira como um todo, no entanto, guardava as especificidades das economias dos Estados que a compõem (BRAGA; MELO; HOLANDA, 2015).

No fluxo caudatário deste processo, constatou-se que a participação do comércio mundial cearense no comércio mundial nordestino registrou incremento ao longo da década de 1990, e recuou na primeira metade dos anos 2000 para permanecer estável até 2013. Somente em 2016, ocorreu inflexão dessa tendência puxada pelo aumento das importações advindas da Coreia do Sul e incremento das exportações, ambas efetuadas pela Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP). Entretanto, nota-se,

ainda, que é baixa a representatividade estadual nas vendas e compras externas nacionais, não ultrapassando 1% de participação (BRASIL, 2017).

Destarte, o artigo objetiva identificar as restrições e potencialidades para o desempenho do comércio exterior cearenses no período compreendido entre 1989 e 2016. Em termos específicos, analisar a trajetória do comércio estadual na perspectiva setorial e locacional, tendo em vista as características dos produtos expedidos pelo Ceará para o mercado internacional.

A justificativa do estudo pousa no fato do comércio exterior do estado do Ceará ser importante para se conhecer o nível de complexidade da economia local e, principalmente, para revelar as posições de competitividade dos setores, produtos e municípios que compõem a estrutura produtiva local e, por vezes, de estados vizinhos. Ademais, o grau de competitividade dos setores exportadores guarda relação estreita com o desenvolvimento estadual. Por fim, este trabalho está baseado em resultados obtidos no contexto da Plataforma Ceará 2050.

Neste contexto, o artigo inicia-se com esta introdução, seguido pelas reflexões sobre as teorias de comércio internacional e aspectos metodológicos adotados, com destaque aos indicadores de competitividade revelada na segunda seção. Em seguida, na terceira seção, está o panorama geral do comércio externo do estado do Ceará. Na quarta seção, expõem-se as transações comerciais externas cearenses de maneira agregada. Na quinta seção, têm-se os resultados da análise setorial cearense nos períodos considerados. Por fim, estão as notas conclusivas.

2 AS TEORIAS DE COMÉRCIO INTERNACIONAL: ALGUMAS REFLEXÕES

Os debates sobre comércio internacional iniciaram na segunda metade do século XVIII e influenciam, até hoje, a teoria econômica moderna. Smith postulava a teoria das vantagens absolutas como base do comércio exterior dos países e que nem sempre era necessário que uma economia obtivesse excedentes de comércio exterior para que as trocas comerciais internacionais fossem vantajosas. Dessa maneira, cada país deveria se concentrar na

produção das mercadorias que lhe proporcionassem vantagem absoluta (SMITH, 1985).

Posteriormente, David Ricardo aperfeiçoou a teoria de Adam Smith, colocando que não é o princípio da vantagem absoluta que determina a possibilidade de uma economia beneficiar-se do comércio internacional, mas a vantagem comparativa existente. Essa teoria, denominada Teoria Convencional do Comércio Internacional é originada pelas diferenças de produtividade do fator trabalho para as diferentes mercadorias produzidas. Assim, caberia a cada economia se especializar em bens nos quais tivessem vantagem comparativa, o que aumentaria sua produção doméstica. A ideia desenvolvida por Ricardo baseava-se, portanto, no fato dos países comercializarem para tirar proveito mútuo de suas diferenças (RICARDO, 1982).

A teoria de Heckscher e Ohlin distingue-se do modelo de vantagem comparativa de Ricardo por diferenciar o comércio internacional do comércio inter-regional e na identificação dos fatores que determinam a existência de vantagens comparativas. O modelo Heckscher-Ohlin diz que as vantagens comparativas são procedentes dos diversos níveis de estoques relativos dos distintos fatores de produção que influenciam, por sua vez, os custos de produção das mercadorias. Dessa forma, a troca internacional resultará, também, dos rendimentos crescentes de escala (KRUGMAN; OBSTEFELD, 2005; BRAGA; MELO, 2017). Os princípios básicos da teoria neoclássica do comércio internacional foram formulados pelos estudos de Heckscher e Ohlin que recebeu, em seguida, tratamento formalizado de Samuelson em 1948 (FONTENELE, MELO, 2003).

O conceito de vantagem comparativa foi utilizado nos trabalhos de Béla Balassa em 1965 para mensurar a competitividade de uma economia, o que o tornou um dos mais importantes autores ao utilizar os indicadores de desempenho do comércio internacional (FONTENELE; MELO, 2003). Esses indicadores propostos por Balassa, de acordo com Siqueira e Pinha (2001), considera o desempenho relativo das exportações de uma economia e permite a identificação dos padrões de comércio existentes.

Lafay (1987) propõe peso semelhante tanto para as importações quanto para as exportações para elaboração dos indicadores de vantagem comparativas reveladas, por esse motivo, os indicado-

res utilizados na literatura internacional de competitividade internacional são oriundos dos estudos propostos por Balassa (FONTENELE; MELO, 2003). Assim, a teoria da vantagem comparativa revelada colocada por Balassa (1965) e trabalhada por Lafay (1987) baseia-se, portanto, em dados ex post (dados pós-realização do comércio).

Mais recentemente, Michael Porter (1989; 1999) contestou as teorias clássicas de comércio internacional, indo além do conceito de vantagem absoluta e comparativa e centrando-se na questão da vantagem competitiva entre as economias. Esse autor colocava, ainda, que o único conceito de competitividade nacional é o de produtividade, no qual os recursos deveriam ser aproveitados nas atividades mais produtivas de um país para proporcionar um comércio com ganhos de produtividade.

Segundo Braga e Melo (2017), o estudo da competitividade expressa a ampliação dos conceitos da teoria, abordando outras hipóteses, como economias de escala, economias de escopo e por fatores do lado da demanda (diferenciação do produto, tecnologia, etc.). Os autores complementam, ainda, que a especialização no modelo ricardiano deve-se à diferença de produtividade relativa do fator de produção trabalho entre os países, supondo retornos constantes.

Destarte, os estudos sobre comércio internacional ganham, portanto, importância significativa no campo da literatura econômica, principalmente, quando o objetivo se concentra na explicação do surgimento de oportunidades ou restrições existentes para países e regiões no mundo globalizado. No entanto, o conceito de competitividade abrange diversos outros aspectos, internos e externos, que, de certa forma, estimulam ou impedem o bom desempenho das trocas internacionais entre as economias, como, por exemplo, políticas cambial e comercial, eficiência dos canais de comercialização, acordos internacionais e estratégias de firmas transnacionais (Haguenauer, 1989; BRAGA; VILHENA; LIMA, 2017). Nesse trabalho, supõe-se, então, de acordo com Munduruca e Santana (2012), que se um país/região estiver sujeito à influência do comércio internacional poderá utilizar-se do mesmo para identificar janelas de oportunidades no mercado.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Natureza dos dados e abrangência temporal

A análise foi realizada com dados de origem secundária de comércio exterior do sistema Aliceweb do Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços, cuja base de informações classifica os setores de 01 a 99, e segue a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) usada pela Secretaria de Comércio Exterior do referido Ministério (Secex). O conjunto de dados oferece para o país, região e estado, em particular, as pautas de exportação e importação em nível de capítulo com dois dígitos (aqui denominados de setores) e, em nível de produto com dez dígitos até 1996 e com oito dígitos a partir de 1997.¹ Para variáveis agregadas do Estado, Região e Brasil, notadamente o Produto Interno Bruto (PIB), foram utilizadas informações das seguintes Instituições: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

As análises desagregadas dos dados foram efetuadas em dois subperíodos (1989-1996) e (1997-2016). O período de análise começa em 1989, pois somente nesse ano inicia-se a base de dados do sistema Aliceweb. Deve-se ressaltar que as informações referentes ao comércio municipal estão disponíveis a partir de 2005. Na ordenação dos principais setores/produtos, o corte ocorreu em 90% da pauta ou até 1% de participação. Esse é um procedimento aceito para análise de comércio exterior.

3.2 Método de análise

O caminho traçado para análise abordou, inicialmente, o nível de abertura da economia cearense no período 1989-2016, a importância relativa do comércio exterior estadual no comércio exterior regional e brasileiro, a evolução da balança comercial estadual e a composição/qualificação da pauta exportadora cearense ao longo do período em questão.

1 Em 1997, o MDIC processou mudança de metodologia na classificação dos setores/produtos exportadores e importadores com o objetivo de harmonizar com o sistema de classificação do Mercosul, classificação essa que passou a ser chamada de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) e não mais Nomenclatura Brasileira de Mercadorias (NBM).

Os indicadores de comércio exterior utilizados permitem identificar o grau de exposição da economia cearense ao comércio internacional, a capacidade das vendas externas do Estado em cobrir suas compras externas e a importância relativa do comércio externo estadual no comércio da região Nordeste. Dessa forma, foram selecionados os indicadores que se seguem: grau de abertura comercial, coeficiente de importação, taxa simples de cobertura das importações, taxa de cobertura das importações, *Market-share* e coeficiente de especialização, apresentados abaixo (BALASSA, 1977).

As teorias das vantagens comparativas foram abordadas ao longo da história econômica, com uma gama de estudos que identificam e quantificam indicadores de competitividade por países, regiões, setores e produtos. Béla Balassa, em 1965, seguiu a teoria clássica do comércio internacional de David Ricardo, utilizando o índice de vantagens comparativas reveladas (VCR) para verificar e medir o nível competitivo ou as vantagens comparativas de um país a partir dos dados de preços pós-comércio.

A justificativa para uso dos índices de grau de abertura (GA), coeficiente de importação (m) e vantagem comparativa repousa no fato de servirem de base comparativa das economias regionais e brasileira e para possíveis definições de políticas de comércio exterior. O primeiro, GA, reflete a participação da corrente de comércio exterior no Produto Interno Bruto e o segundo a participação das importações na oferta global. Esses indicadores serviram de base para a análise comparativa do grau de abertura da economia cearense relativamente à economia regional e brasileira, e podem servir de apoio para possíveis definições de políticas de comércio exterior.

O grau de abertura da economia *i* expressa a participação do fluxo de comércio no produto interno bruto (PIB) da economia *i*, representado por GA como se segue:

$$GA_{it} = \frac{X_{it} + M_{it}}{PIB_{it}} \quad (1)$$

Em que, $X_{it} + M_{it}$ representam, respectivamente, o valor das exportações e importações de uma dada região *i* (estado ou país) em um dado período *t* e PIB_{it} o representa o valor da produção interna

bruta da mesma região i para o mesmo período t (LOBEJÓN HERRERO, 2001).

O coeficiente de importação m indica a participação das importações da economia i na sua oferta global, representado da forma a seguir:

$$m_i = \frac{M_{it}}{PIB_{it} + M_{it}} \quad (2)$$

Em que, M_{it} representa o valor das importações de uma dada região i (estado ou país) em certo período t e PIB_{it} representa o valor da produção interna bruta da mesma região, também para o período t (LOBEJÓN HERRERO, 2001).

O indicador de *Market-share* (MS) avalia a participação da corrente de comércio mundial da economia/estado i no volume de comércio mundial da região j , expresso como:

$$MS_{ij} = \frac{X_i + M_i}{X_j + M_j} \quad (3)$$

A taxa de cobertura das importações (TCM) é uma medição de vantagens comparativas reveladas que contempla também o comportamento das importações. É uma medida relativa da economia/estado i à região j e serve para avaliar a cobertura das vendas externas estaduais no contexto do comércio regional. Quando este indicador for maior que a unidade para o economia/estado i identifica-se vantagem comparativa em termos de cobertura das importações mediante à região j . As exportações dessa economia/estado i teriam dimensão maior diante de suas importações ao se compararem com a mesma relação para a região j , onde:

$$TCM_{ij} = \frac{X_i/M_i}{X_j/M_j} \quad (4)$$

O coeficiente de especialização relativa das exportações e importações (CSX) expressa a participação das exportações do setor s da economia/estado i no total da pauta das exportações da economia i e orienta a classificação dos setores (BALLASSA, 1977).

$$CSX = \frac{X_{si}}{X_i} \quad (5)$$

O nível de concentração das exportações de uma economia é um importante norteador na análise da vulnerabilidade de seu comércio externo,

tendo em vista que quanto mais concentradas estiverem as exportações em poucos setores e em poucos países de destino mais a economia estará sujeita às flutuações de demanda, o que pode implicar em mudanças bruscas nas suas receitas de exportação. Maior concentração na pauta exportadora de uma economia reduz as potencialidades de expansão do comércio e compromete o setor externo, uma vez que o desempenho fica associado a poucos setores e/ou poucos destinos. O grau de concentração está diretamente relacionado à especialização da produção e aos ganhos de escala.

O coeficiente de Gini-Hirschman (IC) é o indicador mais utilizado para a análise de concentração setorial das exportações. Esse índice é dado pela raiz quadrada da soma dos quadrados da participação de cada setor s nas exportações totais do estado. Quanto maior o grau de diversificação das exportações mais próximo de zero estará o índice (MICHAELY, 1997).

Assim, usa-se o coeficiente de Gini-Hirschman para o cálculo tanto do índice de concentração das exportações quanto das importações (ICX e ICM, respectivamente), expresso da seguinte maneira:

$$ICX = 100 \sqrt{\sum \left(\frac{X_{si}}{X_i} \right)^2} \quad (6)$$

$$ICM = 100 \sqrt{\sum \left(\frac{M_{si}}{M_i} \right)^2} \quad (7)$$

Em que: X_i representa o total das exportações da economia/estado i e X_{si} o total das exportações do setor s da economia/estado i , e M_i representa o total das importações da economia/estado i e M_{si} o total das importações do setor s da economia/estado i . O valor do coeficiente de IC pode assumir grandezas de 0 a 100. O IC próximo de zero indica maior diversificação da pauta exportadora/importadora da economia observada, ou seja, maior número de setores e mais uniforme a distribuição das vendas/compras entre eles.

Expressão similar é apresentada para calcular o indicador de concentração dos destinos (ICD) das exportações e origens das importações (ICO). Valor próximo de 100 indicaria alta concentração em torno dos destinos/origens, o que poderia acarretar vulnerabilidade para a economia exportadora/importadora, tendo em vista possíveis barreiras im-

postas pelo número reduzido de parceiros. Para o ICD e ICO tem-se a seguinte fórmula:

$$ICD = 100 \sqrt{\sum \left(\frac{X_{ip}}{X_i} \right)} \quad (8)$$

$$ICO = 100 \sqrt{\sum \left(\frac{M_{ip}}{M_i} \right)} \quad (9)$$

Em que: X_{ip} representa as exportações da economia/estado i para o país p ; e X_i as exportações totais da economia/estado i , e M_{ip} representa as importações da economia/estado i do país p ; e M_i as importações totais da economia/estado i .

O comércio intrassetorial estabelecido entre duas economias é definido a partir das transações de exportações e importações efetuadas simultaneamente com produtos pertencentes ao mesmo setor. Por extensão, o comércio intersetorial expressa o intercâmbio estabelecido de produtos oriundos de setores diferentes no mesmo período entre duas economias. O comércio intersetorial reflete as vantagens comparativas da economia analisada. Na estrutura de trocas, a economia que é abundante em capital é, por excelência, exportadora de artigos manufaturados intensivos em capital e importadora de bens intensivos em trabalho. De seu lado, o comércio intrassetorial não reflete as vantagens comparativas e sim as economias de escala presentes em cada economia (KRUGMAN; OBSTFELD, 2005).

O indicador de comércio intrassetorial (IS) utilizado para estimar a intensidade das trocas de produtos do mesmo setor é o coeficiente Grubel-Lloyd (1975) que é apresentado como se segue:

$$IS = \{1 - [\sum |X_{si} - M_{si}| / \sum (X_{si} + M_{si})]\} 100 \quad (10)$$

Em que: X_s representa as exportações do setor s e M_s as importações do setor s da economia i .

O IS fornece a medida do comércio intrassetorial para o conjunto do setor industrial e não do produto. Esse indicador varia de grandeza de 0 a 100. Um valor próximo de 100 expressa comércio intrassetorial muito elevado, o que significa que, quase todo o comércio é intrassetorial, e, neste caso, as vantagens comparativas não explicam as trocas. Estas estão associadas às economias de escala e ao grau de diferenciação dos produtos. Por outro lado, quando o indicador aproxima-se de

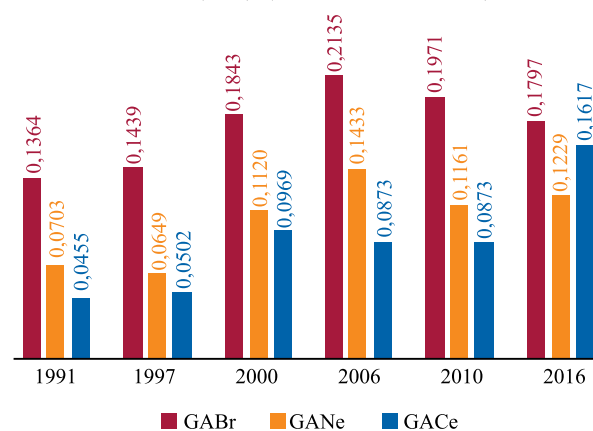
zero, fica evidente que as trocas relacionam-se às fontes tradicionais de vantagens comparativas, isto é, à dotação de fatores.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL E REGIONAL DO COMÉRCIO EXTERNO CEARENSE

A Região Nordeste reafirma-se, tradicionalmente, no período observado, como bem menos aberta ao comércio exterior que o país. A participação do comércio exterior nordestino no PIB regional situava-se em torno de 50% do mesmo indicador para o Brasil no início da década de 1990 e, em um processo de relativa convergência, chegou, em 2010, a 60% do brasileiro. O grau de abertura do Ceará (Eq. 1) dobrou na década de 1990, retraino em 2010 e chegou ao nível mais elevado em 2016, o que demonstra que a corrente de comércio estadual alcançou montante nunca antes observado (Figura 1). No caso do Ceará, em 2016, esse mesmo indicador ultrapassa o regional e chega a 84% daquele registrado para o país, tendência que já vinha se delineando no ano anterior.

O salto ocorrido no grau de abertura do Ceará, já em 2015, está relacionado ao aumento das importações estaduais quando da implantação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) na Zona de Processamento de Exportação do Pecém (ZPE) e ao incremento das exportações estaduais no ano subsequente, também derivado desse mesmo empreendimento.

Figura 1 – Brasil, Nordeste, Ceará - grau de abertura (GA) (anos selecionados)

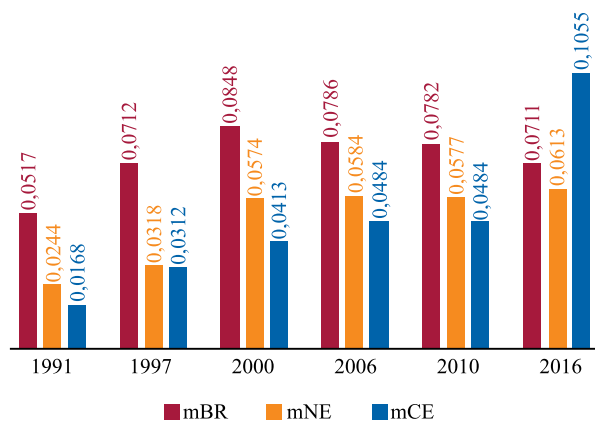


Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017), IBGE (2017) e Ipece (2017).

Nota *: O grau de abertura do Nordeste que aparece em 2016 está calculado com base nos dados de 2015.

No que se refere ao coeficiente de importação (m) (Eq. 2), ou seja, a participação das importações na oferta global, constata-se que, para o país, o indicador praticamente não se alterou entre a segunda metade da década de 1990 e 2016. No entanto, para a Região e o estado do Ceará, ocorreram mudanças significativas. A região Nordeste mais que duplicou o valor desse indicador no período considerado, e o Ceará, no último ano, representou valor seis vezes maior que o de 1991. Vale ressaltar que esse resultado está associado ao crescimento das importações devido à atração de empresas incentivadas fruto do programa do governo estadual e da instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém na Zona de Processamento de Exportação do Ceará (Figura 2).

Figura 2 – Brasil, Nordeste, Ceará - coeficiente de importação (m) (anos selecionados)



Fonte elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017), IBGE (2017) e Ipece (2017).

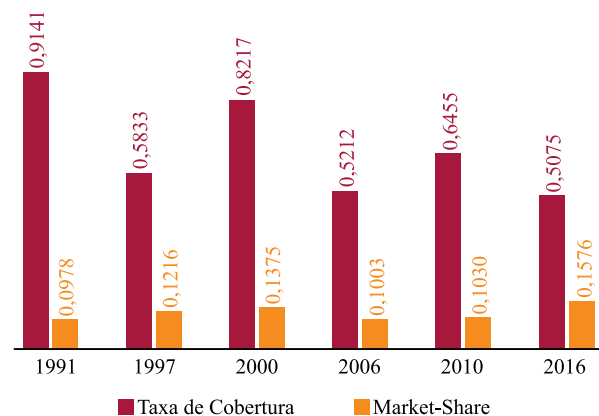
Nota *: O coeficiente de importação do Nordeste que aparece em 2016 está calculado com base nos dados de 2015.

A taxa de cobertura das importações do Ceará relativa ao Nordeste (Eq. 4) mostrou que o Estado refletiu a tendência regional. O indicador para o Ceará tem resultado sempre menor que a unidade em todos os anos observados, o que significa que as exportações cearenses sempre representaram, proporcionalmente, menos do que a representação para a Região como um todo em termos de capacidade de cobrir suas importações (Figura 3).

Como consequência do comportamento dos indicadores de abertura comercial, a participação do comércio exterior cearense no comércio exterior nordestino (MS) (Eq. 3) teve incremento de quatro pontos percentuais ao longo da década de 1990. Recua na primeira metade dos anos 2000 para permanecer, em certa medida, estável até 2013, com

taxa em torno de 10%. Essa trajetória declinante, nesse período, revelou o que as participações das vendas e das compras externas estaduais nas transações comerciais regionais estavam sinalizando ao longo da década, ou seja, perda de importância relativa do comércio externo cearense nas transações regionais. No entanto, em 2016, ocorre inflexão dessa tendência puxada, sobretudo, pelo aumento das importações advindas da Coreia do Sul e incremento das exportações, ambas efetuadas pela Companhia Siderúrgica do Pecém.

Figura 3 – Ceará: taxa de cobertura das exportações e *Market-Share* relativos à Região



Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

O valor das vendas externas cearenses, relativamente ao Brasil, registrou patamar abaixo de 1% ao longo de toda a série analisada, à exceção do ano de 2003 quando chegou a 1%. Portanto, é baixa a representatividade estadual nas vendas externas nacionais. Do lado das compras, a parcela das importações cearenses no total das brasileiras gravita em torno de 1%, ligeiramente superior àquela registrada pelas participações nas vendas nacionais. Deve-se ressaltar que, a partir de 2014, a participação das importações estaduais registrou aumento na participação das importações regionais. A parcela das vendas externas estaduais nas exportações regionais apresenta, por sua vez, ao longo de 1991 e 2016, percentuais sempre abaixo daquele registrado para as compras; enquanto a primeira oscila de 6 para 12%, a segunda vai de 9 a 21%, reflexo dos resultados do comércio estabelecido através da CSP (BRASIL, 2017).

Ao longo do intervalo de tempo analisado (1989-2016), quatro estados do Nordeste merecem destaque na participação das exportações regionais: Bahia, Maranhão, Pernambuco e Ceará.

Os estados da Bahia e Pernambuco mantiveram suas participações nas vendas externas da Região, quando observadas as duas pontas analisadas. O Maranhão, por sua vez, aumentou um ponto percentual sua participação, enquanto o Ceará foi o que registrou maior incremento na participação relativa à Região, saindo de 7,6%, em 1989, para 10% em 2016. Esse fato comprova o ganho de espaço obtido pelo estado do Ceará nas vendas internacionais nordestinas, pois as exportações cearenses elevaram-se cerca de dois pontos percentuais entre os extremos do período (BRASIL, 2017).

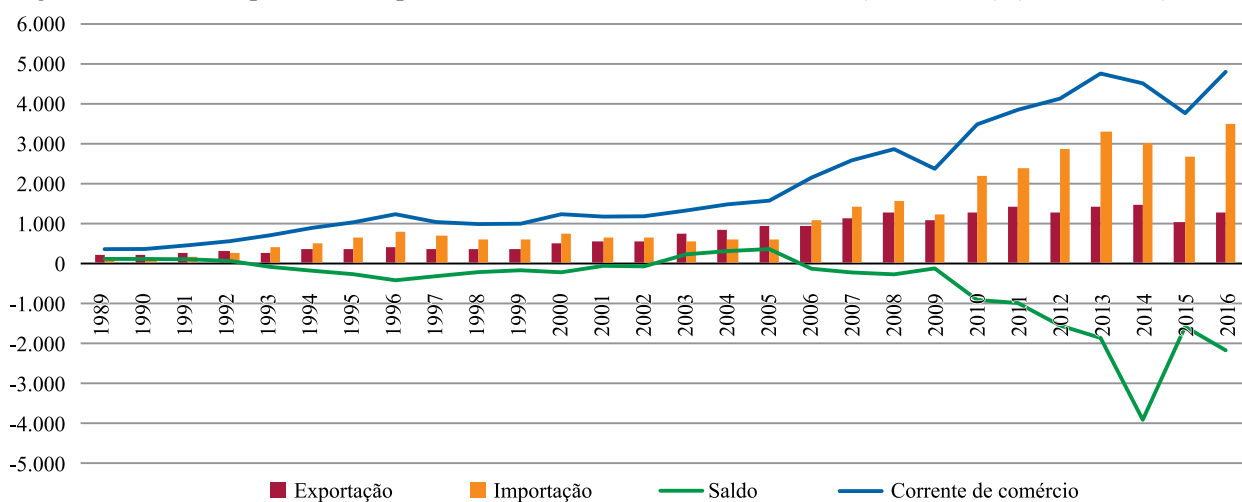
5 COMPORTAMENTO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS EXTERNAS DO CEARÁ: ANÁLISE AGREGADA

O estado do Ceará perpassa, toda década de 1990, com saldo negativo no comércio exterior. O crescimento das vendas mais que proporcional ao das compras, entre 2000 e 2005, fez inverter a trajetória anterior de resultados negativos. No entanto, nos dois anos subsequentes, o ritmo de incremento das compras sustentou a volta do *déficit*

no saldo da balança comercial estadual, o qual se aprofundou ano após ano até 2014 (Figura 4). As exportações cearenses exibem trajetória crescente no período de 2002 a 2008, reflexo da desvalorização cambial, com ponto de inversão a partir de 2009 em função da crise financeira internacional. Além da política econômica restritiva, através da apreciação da taxa de câmbio e elevação da taxa de juros, outros fatores influenciaram o desempenho exportador do Estado, tais como preços de produtos internacionais, quotas e tarifas.

O desempenho do setor exportador do Ceará, a partir da segunda metade dos anos 1990, esteve, sem dúvida, relacionado à política de incentivos do governo do Estado através do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) com seus diversos Programas, tais como: Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (Provin) e Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará (Proapi). Associa-se, ainda, esse comportamento externo, em certa medida, ao ajuste fiscal das contas públicas, ao crescimento dos investimentos públicos e privados e ao razoável crescimento econômico nas áreas urbanas e nos setores industrial e de serviços processados no estado (MELO, 2011).

Figura 4 – Ceará: exportação, importação, saldo e corrente de comércio (1989-2016) (US\$ milhão)



Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

Percebeu-se, assim, nítida perda de participação dos produtos básicos na composição das exportações cearenses. Na década de 1990, os produtos básicos chegaram a participar com quase 60% do valor total da pauta exportadora estadual (FONTENELE; MELO, 2003). Em 2016, essa categoria correspondeu a 22% das vendas externas estaduais. O incre-

mento no valor das vendas externas de produtos básicos foi da ordem de 41% entre 2000 e 2016, enquanto os produtos industrializados saltaram 250% no mesmo intervalo de tempo (BRASIL, 2017).

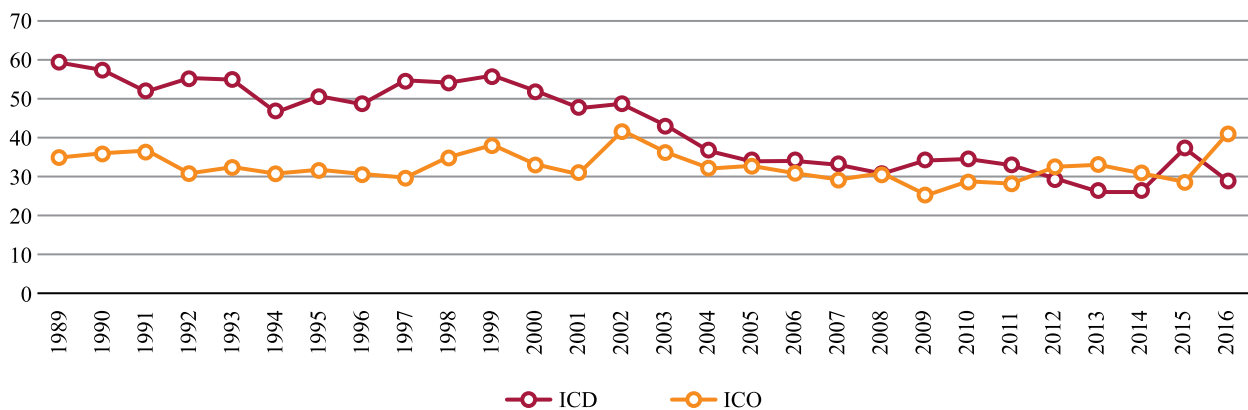
Esse desempenho nas vendas de produtos industrializados, por sua vez, bem superior àquele dos produtos básicos, fez com que esse grupo de produtos respondesse por 77% do total exportado em 2016, contra 58% em 2000. Sem dúvida alguma,

houve recomposição da pauta exportadora cearense em direção a produtos com maior nível de agregação de valor no decorrer desse período (BRASIL, 2017). As vendas externas de produtos industrializados, notadamente os manufaturados, foram impulsionadas pelas políticas de atração de empresas postas em prática pelo governo estadual nas últimas décadas. No último ano, o produto semimanufaturado de ferro, comercializado pela Companhia Siderúrgica do Pecém, tomou espaço na estrutura de exportação dos produtos industrializados do Estado.

Em relação aos destinos dos produtos cearenses, constatou-se que os parceiros comerciais do Ceará

foram se diversificando ao longo das décadas. Dessa maneira, do lado dos parceiros compradores, evidencia-se tendência decrescente do índice de concentração dos destinos das exportações (Eq. 9), o qual se reduz à metade em 2016, tomando como referência 1989 (Figura 5). Isso fica mais evidente quando se compara o número total de países de destino nas duas pontas do período. Em 1989, esse número totalizava 72 e, em 2016, dobrou e contabilizou 152, sendo 17 países os responsáveis por 90% das vendas externas estaduais no primeiro ano, enquanto 22 correspondiam a esse mesmo percentual no último ano (BRASIL, 2017).

Figura 5 – Ceará: índice de concentração dos países de destino das exportações (ICD) e dos países de origem das importações (ICO) (1989-2016)



Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

Os produtos exportados pelo estado do Ceará conquistaram novos mercados no intervalo de tempo analisado, uma vez que ocorreu relativa diversificação no conjunto de destinos. Essa diversificação ocorrida, nos últimos vinte anos, embora tenha sido de forma ainda tímida, revela uma janela de oportunidade importante que pode ser ampliada nos próximos anos, pois mostra ganhos obtidos pelos produtos locais no mercado internacional, principalmente, em direção a países europeus e asiáticos.

No período 1989-2016, constataram-se mudanças significativas nas posições relativas dos parceiros importadores dos produtos estaduais. Os EUA continuaram sendo o principal comprador do Ceará, mas, apresentou perda de 34 pontos percentuais de 1989 para 2016. A Argentina foi ganhando espaço ano após ano e, a partir da segunda metade da década de 1990, manteve a segunda colocação no *ranking*, com parcela em torno de 10% no final do período. Destaque para a Alemanha e Holan-

da que saíram de parcelas em torno de 2% e hoje ocupam a terceira e quarta colocação no ranking dos principais países de destino, respectivamente. Deve-se apontar, também, que a China começa a aparecer como país comprador no final da década 1990 (BRASIL, 2017).

Do lado das origens, evidencia-se que a concentração do conjunto de países de origem (Eq. 10) esteve mais fraca que aquela observada nos países de destino. O indicador, neste caso, apresentou certa estabilidade e se manteve abaixo do índice dos destinos desde o início do período. Em 1989, o Ceará comprava de 26 países diferentes, cujo conjunto de nove somava 90% do valor total da pauta. Em 2016, foram 62 países vendedores para o Estado, com 17 deles concentrando 90% do valor total da pauta importadora (BRASIL, 2017).

No caso dos países de origem das compras estaduais, a Coreia do Sul, por exemplo, saiu de uma posição sem significado ao longo de toda a série e chega, em 2016, para o primeiro lugar com 36% de participação. Resultado esse justificado pela instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém na Zona

de Processamento de Exportação cearense. Com relação ao comércio bilateral Ceará-China, verifica-se que o ritmo de crescimento das exportações tem sido inferior ao das importações e esse país aparece como primeiro vendedor para o Ceará já em 2007, desbancando os EUA e Argentina que se revezavam na primeira colocação (BRASIL, 2017).

6 ANÁLISE SETORIAL DO COMÉRCIO EXTERIOR CEARENSE

6.1 Análise setorial das exportações e importações cearenses: abordagem dos subperíodos (1989-1996) e (1997-2016)

A análise setorial da primeira metade da década de 1990 (Eq. 5) mostra que nove setores foram responsáveis por 92% das exportações cearenses em 1996, com destaque para os quatro principais que

detinham, em conjunto, 82% das vendas estaduais, são eles: frutas (44%), algodão (18,5%), gorduras, óleos e ceras (13,7%) e peixes e crustáceos (6,2%) (Tabela 1). A partir de 1996, começaram a ser assinados protocolos de empresas com o Governo do estado do Ceará no contexto do Programa do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), o qual rebateu diretamente na dinâmica do comércio exterior já a partir do período imediatamente posterior (MELO, 2011).

Já o comportamento setorial das exportações, a partir de 1997 até 2016, apresentou mudanças na pauta dos principais setores exportadores do Estado, o que corrobora com as alterações ocorridas devido aos programas de incentivos fiscais. Apesar de a concentração das exportações cearenses ter ocorrido em apenas dez setores no ano de 2016, observou-se, primeiro, diversificação em relação a 1989, ainda que de forma tímida e, segundo, redistribuição nas posições relativas dos principais setores.

Tabela 1 – Ceará: principais setores exportadores de 1996 (CSX) (1989 e 1996) (2006; 2007 e 2016)

| NCM | Setores | 1989 | 1996 | 1997 | 2006 | 2007 | 2016 |
|----------|--|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 64 | Calçados, polainas e artefatos semelhantes, e suas partes | 0,0060 | 0,0145 | 0,1014 | 0,2474 | 0,2620 | 0,2247 |
| 8 | Frutas, cascas de cítricos e de melões | 0,3603 | 0,4404 | 0,3998 | 0,1930 | 0,2240 | 0,1565 |
| 72 | Ferro fundido, ferro e aço | 0,0256 | 0,0175 | 0,0137 | 0,0191 | 0,0215 | 0,1458 |
| 41 | Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros | 0,0721 | 0,0255 | 0,0079 | 0,1330 | 0,1258 | 0,1123 |
| 20 | Preparações de produtos hortícolas, de frutas, etc. | - | - | 0,0068 | 0,0137 | 0,0146 | 0,0547 |
| 85 | Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, suas partes, | - | - | 0,0001 | 0,0016 | 0,0102 | 0,0540 |
| 15 | Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais, etc. | 0,0672 | 0,1367 | 0,0966 | 0,026 | 0,0302 | 0,0448 |
| 3 | Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos | 0,1993 | 0,0616 | 0,1221 | 0,0952 | 0,0466 | 0,0396 |
| 27 | Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais | - | - | 0,0000 | 0,0055 | 0,0016 | 0,0395 |
| 52 | Algodão | 0,1076 | 0,1849 | 0,1228 | 0,1149 | 0,1003 | 0,0350 |
| 55 | Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas | 0,0669 | 0,0291 | - | - | - | - |
| 62 | Vestuário e seus acessórios, exceto de malha | 0,0155 | 0,012 | - | - | - | - |
| Subtotal | | 0,9205 | 0,9222 | 0,8712 | 0,8494 | 0,8368 | 0,9069 |

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

Dentre os setores que obtiveram crescimento nas vendas externas cearenses nos anos do período de 1997-2016, têm-se peles e calçados, que estão relacionados diretamente ao Proapi. Deve-se ressaltar que esse Programa tinha como objetivo atrair, exatamente, empresas de couro e calçados de fora do estado do Ceará e que destinassem toda ou parte da produção ao mercado externo. Por esse motivo, o setor calçadista cearense começou a tomar impulso de maneira efetiva a partir de 1997,

quando chegou a participar com 10% da pauta total do estado (MELO, 2011).

Desta maneira, o setor de calçados apareceu como principal setor exportador do Ceará já em 2001, e manteve essa posição até o último ano. Em termos de participação, o setor de ferro fundido, por sua vez, passou de 2,56% de participação, em 1989, para 14,58% em 2016, enquanto o setor de peles e couros registrou aumento de 55% nas vendas no mercado internacional entre os extremos

da série. Esse último setor teve comportamento significativo para a pauta estadual no período pós-implantação do Programa (Proapi), com a entrada da empresa Bermas Indústria e Comércio na produção e exportação, a qual sustentou incremento das exportações tanto em valor quanto em *quantum*.

Dentre os setores que perderam espaço no mercado externo, podem-se citar: a) frutas, que perdeu 60% de participação na pauta em 2016, frente a 1997; b) algodão que retraiu 71% de parcela, em 2016 comparado a 1997; c) peixes, o qual chegou a representar apenas 4% das vendas estaduais no último ano, face à parcela de 1997 (12%); e d) gorduras, que passou de 9,7%, em 1997, para 4,5% em 2016.

Deve-se salientar que a perda de participação do setor de frutas pode estar relacionada, principalmente, às condições climáticas que afetaram, em alguns períodos, os principais produtos do setor. O setor de frutas merece destaque na análise pois alguns fatores podem ser apontados como causa desta queda de desempenho das exportações desse setor cearense, dentre os quais podem-se citar: barreiras comerciais e fitossanitárias, falta de padronização dos produtos e baixo nível de conhecimento por parte do produtor para exportar. Dessa maneira, nota-se que o acesso ao mercado externo exige reformulação e adaptação do setor para atingir eficiência operacional que garanta a regularidade constante da oferta e uma maior qualidade dos produtos que compõem o setor (VIDAL, 2017).

O principal produto do setor de frutas é a castanha de caju, que teve comportamento de queda, acompanhando o movimento registrado pelo setor como um todo. Segundo Vidal (2017), um dos motivos para tal performance foi a redução da oferta provocada pelo longo período de severa estiagem ocorrido no estado do Ceará, principal exportador da região Nordeste. A baixa produção da castanha de caju afetou, por sua vez, as indústrias de beneficiamento e as exportações estaduais.

No caso do setor de peixes, os maiores polos de piscicultura do Nordeste estão localizados em volta dos grandes açudes do Ceará (ORÓS; CASTANHÃO). Em 2015, o estado do Ceará concentrava cerca de 33% da produção de peixes da região nordestina, contudo, devido à redução do volume de água nos açudes o Estado começou a ter dificuldades para atender o mercado interno e externo (VIDAL, 2016).

Algumas mercadorias produzidas no estado do Ceará são exportadas por via aérea, tais como: cal-

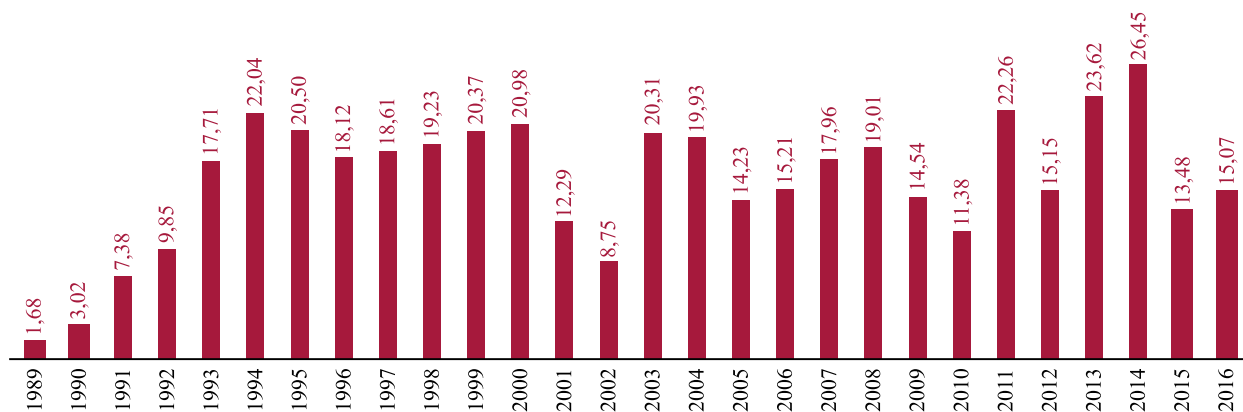
çados, peles, vestuário, aparelhos de ótica, plantas vivas e ornamentais, frutas, peixe e aparelhos elétricos. Diante desse panorama, a decisão de implantar o hub aéreo, em 2017, na capital cearense pela Air France/KLM/GOL é vista como possibilidade para que as exportações estaduais alcancem novos mercados nos próximos anos. Os setores de frutas, plantas e peixes, em especial, podem ampliar o leque de possibilidades de vendas externas com produtos mais perecíveis que não suportam a travessia marítima.

Deve-se ressaltar que alguns setores exportadores do estado do Ceará aproveitaram a janela de oportunidade aberta pela dinâmica da demanda mundial. Segundo a Unctad (2017),² no período de 2005-2015, o setor de gorduras teve a sua demanda mundial acrescida, anualmente, em média, 12%, o que lhe confere a classificação de um setor com demanda mundial muito dinâmica. Os setores de calçados, frutas, gás e máquinas elétricas registraram, nesse mesmo período, crescimento anual médio da demanda mundial de cerca de 8% para os três primeiros setores e 7% para o último, o que os chancela como setores dinâmicos no comércio mundial. De seu lado, o setor embarcações registrou crescimento anual da demanda mundial, no mesmo período, de pouco mais de 6%, o que o credencia como dinâmico relativo à demanda do comércio mundial. Apesar desse comportamento mundial, este último setor cearense não pontua significativamente na pauta exportadora estadual, revelando-se, portanto, uma janela de oportunidade aberta para os anos vindouros.

No que se refere ao indicador de comércio intrassetorial (IS) (Eq. 10) do Ceará para o mundo, identificou-se, em certa medida, elevação das trocas entre setores semelhantes ao longo de período (1989-2016), alcançando seu ápice em 2014, com valor igual a 26. Apesar de o crescimento do indicador de comércio intrassetorial cearense, este permaneceu com valor inferior a 30 ao longo de todo período, o que evidencia transações comerciais estaduais com o mundo baseadas, fundamentalmente, em setores que exploram fontes tradicionais de vantagens comparativas, portanto entre setores diferentes (Figura 6).

2 A Funcex classifica os setores segundo a dinâmica da demanda mundial como muito dinâmicos ($g \geq 10\%$), dinâmicos ($6\% \leq g < 10\%$), intermediários ($2\% \leq g < 6\%$), baixo dinamismo ($0\% \leq g < 2\%$) e em decadência ($g < 0\%$).

Figura 6 – Ceará: Indicador de comércio intrassetorial (1989-2016)

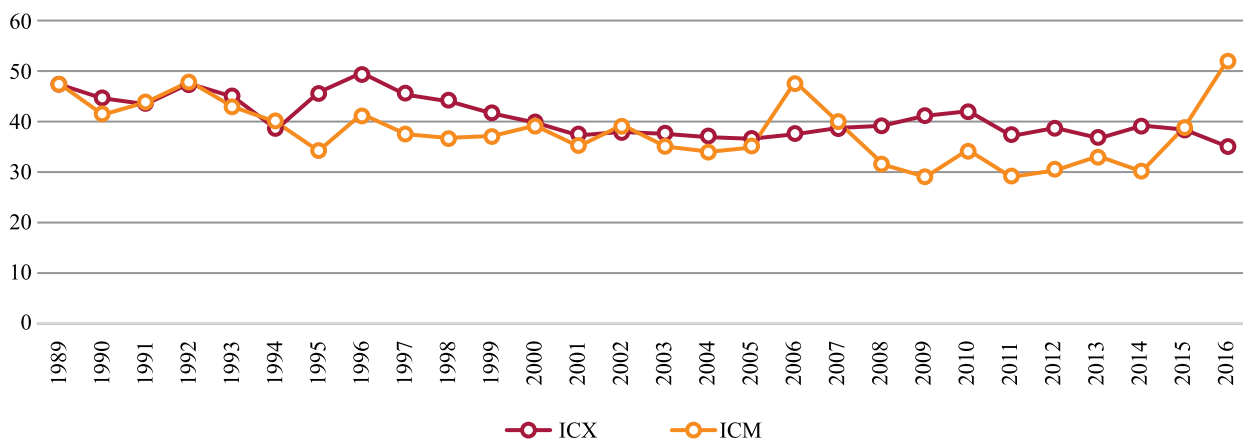


Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

Os índices de concentração das exportações e importações estaduais (Eq. 7 e 8) para o mundo revelam movimento em direção à maior concentração em alguns momentos e em direção à desconcentração em outros, no decorrer da série analisada. O primeiro variou de 47, em 1989, para 34 no último ano, o que demonstra certa diversificação na produção e exportação do estado com o mundo (Figura 7). Para efeitos explicativos, quanto mais próximo de zero for o indicador de concentração, maior será o grau de diversificação da pauta de exportação ou importação.

No caso do índice de concentração das importações, constatou-se movimento bem peculiar, passando de uma pauta concentrada nos primeiros anos da série para diversificada a partir da década de 2000, com menor valor de 29 obtido em 2011. No entanto, a partir deste último ano, o índice vem apresentando tendência de concentração com valor de 51,88 em 2016. Esse fato deve ser observado com atenção para identificar as causas dessa concentração das importações e quais os produtos que participam com maior peso na pauta estadual.

Figura 7 – Ceará: índice de concentração setorial das exportações (ICX) e índice de concentração setorial das importações (ICM) (1989-2016)



Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

6.2 Principais produtos exportados face aos principais concorrentes nacionais

Destarte, desde o início do período analisado, a castanha de caju cearense domina a pauta nacional desse produto. Em 2016, cerca de 80% das exportações brasileiras desse produto foi de responsabilidade do estado do Ceará. O principal estado concorrente nacional da castanha produzida no Ceará no mercado externo foi, no último ano,

o Rio Grande do Norte. Os dois principais países compradores da castanha cearense foram, nesse mesmo ano, Estados Unidos e Holanda, sendo o primeiro o principal importador da castanha nacional (Tabela 2).

Em 1997, 78% das exportações de calçados de borracha ou plásticos do Brasil era efetuado pelo Ceará e, em 2016, a participação cearense nas vendas brasileiras desse tipo de calçados caiu para 48%. Contudo, o estado continuou como princi-

pal vendedor brasileiro no mercado externo. No último ano, o principal concorrente cearense nesse tipo de calçados foi a Paraíba. Os principais países

de destinos dos calçados de borracha do estado do Ceará foram países da América do Sul: Paraguai, Colômbia, Bolívia e Peru.

Tabela 2 – Ceará: principais produtos de 2016, participação no Brasil, principal concorrente nacional e principais destinos (anos selecionados)

| Produto | 1989 | | 1997 | | 2007 | | 2016 | | Concorrente nacional | Principais destinos (Ceará) | Principal destino (Brasil) |
|--|-------|----|-------|----|-------|----|-------|----|--------------------------|---|----------------------------|
| | (%) | Rk | (%) | Rk | (%) | Rk | (%) | Rk | | | |
| Outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado | | | | | | | 11,70 | 3° | ES (41,72%) | Turquia (28,62%); Tailândia (17,93%); México (12,11%) | Estados Unidos (43,43%) |
| Castanha de caju, fresca ou seca, sem casca | 86,34 | 1° | 88,41 | 1° | 79,29 | 1° | 79,64 | 1° | RN (19,43%) | Estados Unidos (57,99%); Holanda (7,8%) | Estados Unidos (53,10%) |
| Calçados de borracha ou plásticos, com parte superior em tiras ou correias | | | 78,32 | 1° | 57,63 | 1° | 48,43 | 1° | PB (34,70%) | Paraguai (16,0%); Colômbia (12,30%); Estados Unidos (5,12%); Bolívia (5,10%); Peru (5,0%); Espanha (4,0%) | Paraguai (9,26%) |
| Couros e peles, incluindo as tiras, de bovinos (incluindo os búfalos) | | | | | 0,00 | 9° | 29,68 | 2° | RS (40,05%); PE (0,19%) | Hungria (49,46%) | Hong Kong (16,90%) |
| Outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha, plástico | | | | | 15,20 | 3° | 36,43 | 2° | RS (40,56%); BA (8,64%) | Estados Unidos (17,48%); Argentina (15,24%); Reino Unido (4,6%); Hong Kong (4,6%) | Argentina (17,38%) |
| Melões frescos | 0,88 | 5° | 23,57 | 3° | 41,66 | 2° | 47,63 | 2° | RN (50,64%) | Holanda (46,94%); Reino Unido (32,9%) | Holanda (43,09%) |
| Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores, etc. | | | | | 1,92 | 4° | 17,36 | 2° | SP (65,53%); PE (7,30%) | Alemanha (100%) | Estados Unidos (43,52%) |
| Sucos (sumo) de outras frutas, não fermentado, sem adição de açúcar | | | | | | | 55,04 | 1° | PA (12,25%); PE (11,08%) | Estados Unidos (76,08%); Canadá (5,9%) | Estados Unidos (60,20%) |
| Ceras vegetais | 69,25 | 1° | 57,77 | 1° | 50,69 | 1° | 56,72 | 1° | PI (43,20%) | Estados Unidos (31,50%); Alemanha (16,54%); China (10,60%) | Estados Unidos (30,90%) |
| Outros calçados sola exterior borracha/plástico, de couro/natural | | | | | 11,73 | 3° | 16,40 | 3° | RS (56,64%); BA (3,74%) | Estados Unidos (68,84%); Argentina (10,6%) | Estados Unidos (36,76%) |

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

Assim, o setor calçadista cearense ganhou notoriedade na pauta estadual e conquistou mercado no cenário regional e nacional desde a implantação

das empresas atraídas para o estado. Os incentivos para empresas intensivas em capital humano e inserida em mercado globalizado refletiram, con-

sequentemente, em ganhos de vantagens comparativas e, conseqüentemente, poder competitivo no mercado externo (MELO, 2011).

Paralelamente às mudanças internas ocorridas no Ceará, outros fatores externos fizeram com que os calçados cearenses, em especial, ganhassem visibilidade e importância no cenário regional e nacional. Dentre esses fatores, encontra-se a redução de participação do parque calçadista da região Sul do país, principalmente, do estado do Rio Grande do Sul, um dos principais concorrentes dos calçados cearenses (BRAGA; VILHENA, LIMA, 2017). Tal comportamento ocorreu devido ao processo de reestruturação da indústria de calçados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, através do remanejamento espacial do parque industrial calçadista, que cedeu espaço no mercado externo aos estados exportadores emergentes próximos ao mercado consumidor, no caso, o estado do Ceará.

O estado do Ceará mantém-se, ainda, desde 1989, como principal exportador de ceras vegetais brasileiras, respondendo, em 2016, por 57% das vendas brasileiras desse produto no mercado externo. O estado do Piauí aparece como principal concorrente nacional neste último ano (43%). Os principais países de destinos das ceras cearenses foram Estados Unidos, Alemanha e China.

O produto couros e peles, incluindo as tiras, de bovinos (incluindo os búfalos) do Ceará ganhou representatividade no cenário nacional entre os anos de 2007 e 2016, saindo de uma participação ínfima e alcançou cerca de 30% no último ano, o que representa a segunda colocação no ordenamento nacional. Os dois principais concorrentes nacionais do produto cearense foram Rio Grande do Sul e Pernambuco. Para o produto cearense o principal destino, em 2016, foi a Hungria.

O produto outros calçados cobrindo o tornozelo, parte superior de borracha, plástico também ganhou posição no ranking nacional, saindo da 3ª colocação, em 2007, para 2ª em 2016. Os principais concorrentes do Ceará desse produto foram Rio Grande do Sul e Bahia. Os maiores importadores do produto cearense, em 2016, foram Estados Unidos, Argentina, Reino Unido e Hong Kong. Além desse tipo de calçado, o estado do Ceará ocupa a terceira colocação nas exportações brasileiras de outros calçados sola exterior borracha/plástico, de couro/natural, cujos principais concorrentes nacionais, no último ano, foram, também, Rio Grande do Sul e Bahia.

Por fim, o item outros produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado ocupou a terceira colocação no ranking nacional das exportações totais desse produto em 2016. Nesse ano, o maior concorrente nacional foi o estado do Espírito Santo. Os principais países importadores do produto cearense foram: Turquia, Tailândia e México. As empresas coreanas sócias da CSP, Dongkuk e Posco, exportam produtos semimanufaturados para empresas de seus grupos no contexto das respectivas cadeias globais de produção. Nota-se, então, que as vendas de produtos semimanufaturados cearenses assumiram posição importante no último ano analisado, puxadas pelos resultados das operações da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), localizada na Zona de Processamento das Exportações do Estado (ZPE).

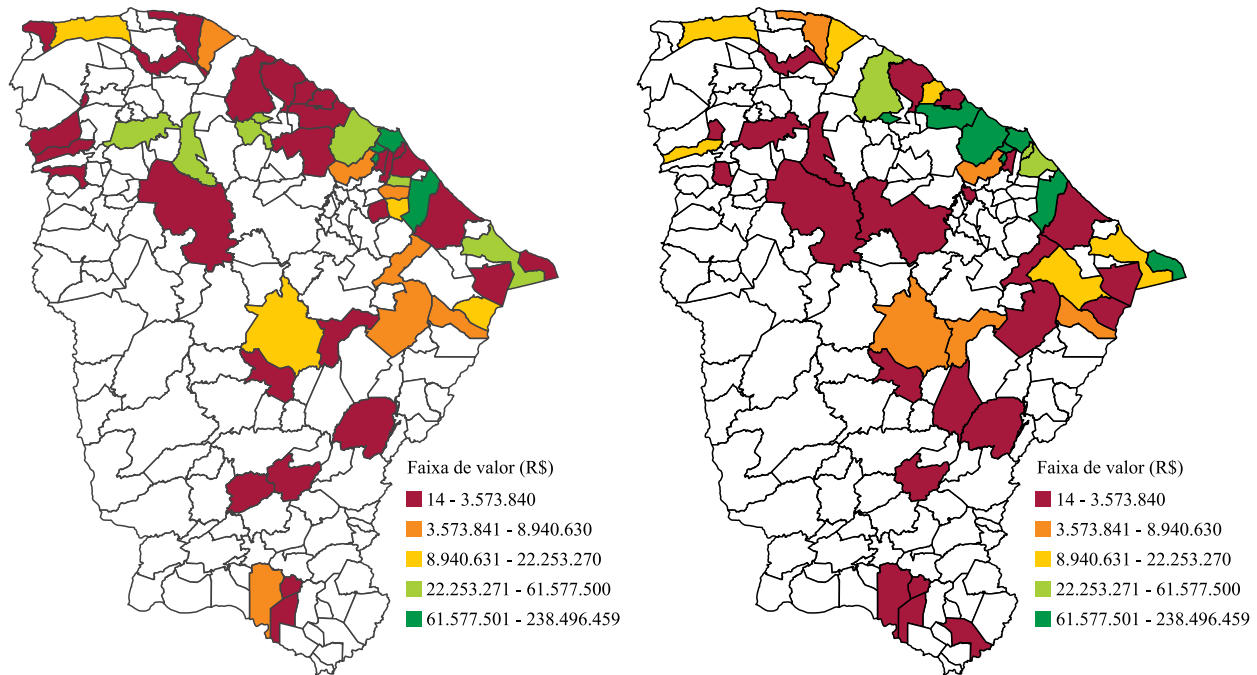
6.3 Posição municipal no comércio externo do Ceará

Em 2005, 47 municípios exportaram no estado do Ceará, enquanto, em 2016, ocorreu redução desse número, chegando a 45 municípios que conseguiram vender seus produtos no mercado externo. Nota-se que a maioria dos municípios concentra-se na região litorânea do estado do Ceará, com algumas ilhas isoladas ao longo do território cearense. O que é um desafio a ser discutido para definição de estratégias de inserção de outros municípios na pauta de exportação cearense (BRASIL, 2017).

Em termos de faixa de valor exportado, em 2005, três municípios cearenses exportaram acima de US\$ 79 milhões (Fortaleza, Maracanaú e Cascavel). Enquanto que, em 2016, oito municípios conseguiram atingir esse mesmo patamar. Os três municípios exportadores mais importantes de 2005 continuaram no rol dos maiores exportadores em 2016.

O município de São Gonçalo do Amarante, por sua vez, apareceu como principal exportador no último ano, deslocando a primeira colocação do município de Fortaleza. O município de Sobral (Mesorregião Noroeste Cearense) desbancou Cascavel e Maracanaú (pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza - RMF) e ocupou a terceira colocação no ordenamento dos maiores exportadores em 2016. Já os municípios de Icapuí (Litoral Leste) e Uruburetama (Litoral Oeste - Vale do Curu) também conseguiram elevar suas faixas de valores exportados no último ano e ocuparam, conseqüentemente, o rol dos maiores exportadores do estado (Mapa 1).

Mapa 1 – Ceará: municípios exportadores por faixa de valor (2005 e 2016)



Fonte: elaborado pelos autores a partir de dados de Brasil (2017) e IBGE (2010).

Outro grupo que teve aumento no número de municípios foi aquele localizado na faixa de valor entre US\$ 8,9 milhões e US\$ 22,3 milhões. Em 2005, cinco municípios formavam esse grupo, enquanto, em 2016, eram oito. Portanto, verificou-se que, no intervalo de tempo observado, alguns municípios ganharam destaque na pauta cearense vendendo ao exterior valores maiores. Um grupo de 28 municípios exportaram na faixa até US\$ 3,5 milhões em 2005, enquanto, em 2016, o número de municípios pertencentes à esta faixa caiu para 21.

As exportações estaduais estiveram concentradas em termos espaciais em 2016. De fato, dos 17 municípios responsáveis por 95% das vendas externas estaduais, nove deles estavam localizados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), en-

quanto quatro dividem-se entre o Litoral Oeste e Litoral Leste, e dois na região da Ibiapaba e Sobral. Nota-se, com isso, que os principais municípios exportadores, no citado ano, estão concentrados na região litorânea do estado do Ceará. Além disso, esses municípios detêm, ainda, os principais setores exportadores estaduais (BRASIL, 2017).

Analisando o valor acumulado das exportações por subperíodos, segundo municípios cearenses, nota-se que 13 municípios apresentaram crescimento em suas vendas externas, no acumulado para o período de 2011-2016 (PII), face ao período 2005-2010 (PI). Desse conjunto, 13 registraram os maiores crescimentos do primeiro para o segundo período, foram eles, em ordem de importância: São Gonçalo do Amarante, Trairi e Caucaia (Tabela 3).

Tabela 3 – Ceará: exportações dos principais municípios exportadores de 2016 (valor acumulado) (US\$) (2005-2010) (2011-2016)

| Rank | Município | Valor acumulado | | Var (PII/PI) % | Participação | |
|------|-------------------------|-----------------|-----------------|-------------------|----------------|-----------------|
| | | 2005-2010 (PI) | 2011-2016 (PII) | | 2005-2010 (PI) | 2011-2016 (PII) |
| 1 | Fortaleza | 1.504.198.960 | 2.432.670.580 | 61,73 | 0,2209 | 0,2287 |
| 2 | Caucaia | 173.787.867 | 1.364.662.669 | 685,25 | 0,0255 | 0,1283 |
| 3 | São Gonçalo do Amarante | 1.475.507 | 1.270.532.817 | 86.008,22 | 0,0002 | 0,1195 |
| 4 | Maracanaú | 1.133.524.250 | 1.069.885.622 | -5,61 | 0,1665 | 0,1006 |
| 5 | Sobral | 678.189.533 | 942.128.586 | 38,92 | 0,0996 | 0,0886 |
| 6 | Cascavel | 831.563.092 | 829.219.110 | -0,28 | 0,1221 | 0,0780 |

| Rank | Município | Valor acumulado | | Var (PII/PI) % | Participação | |
|------|--------------|-----------------|-----------------|-------------------|----------------|-----------------|
| | | 2005-2010 (PI) | 2011-2016 (PII) | | 2005-2010 (PI) | 2011-2016 (PII) |
| 7 | Icapuí | 210.661.957 | 501.604.325 | 138,11 | 0,0309 | 0,0472 |
| 8 | Uruburetama | 160.479.827 | 324.562.509 | 102,25 | 0,0236 | 0,0305 |
| 9 | Eusébio | 62.944.353 | 278.174.757 | 341,94 | 0,0092 | 0,0262 |
| 10 | Aquiraz | 113.833.257 | 181.476.240 | 59,42 | 0,0167 | 0,0171 |
| 11 | Horizonte | 253.541.951 | 171.510.772 | -32,35 | 0,0372 | 0,0161 |
| 12 | Itapipoca | 28.313.941 | 119.360.420 | 321,56 | 0,0042 | 0,0112 |
| 13 | Itarema | 98.430.948 | 117.177.924 | 19,05 | 0,0145 | 0,0110 |
| 14 | Aracati | 194.460.003 | 114.419.768 | -41,16 | 0,0286 | 0,0108 |
| 15 | Paraipaba | 34.656.532 | 109.025.836 | 214,59 | 0,0051 | 0,0103 |
| 16 | Ubajara | 58.086.399 | 99.719.599 | 71,67 | 0,0085 | 0,0094 |
| 17 | Quixeramobim | 216.328.599 | 85.481.297 | -60,49 | 0,0318 | 0,0080 |
| 18 | Itapagé | 359.956.878 | 77.029.422 | -78,60 | 0,0529 | 0,0072 |
| 19 | Trairi | 97.717 | 60.711.004 | 62.029,42 | 0,0000 | 0,0057 |
| | Total Ceará | 6.808.584.191 | 10.635.757.651 | 56,21 | 0,8981 | 0,9543 |

Fonte: elaborada pelos autores a partir de dados de Brasil (2017).

O município de Fortaleza não registrou crescimento expressivo de sua participação ao longo dos anos, mas conseguiu se manter em primeiro lugar no *ranking* dos municípios com maior valor exportado acumulado no último período. Outros seis municípios, por sua vez, registraram queda no valor acumulado das exportações no período de 2011-2016 (PII), dentre eles estão: Itapagé, Quixeramobim, Aracati e Horizonte.

Diante deste panorama, o comércio externo do estado do Ceará possui um desafio interno para os próximos anos, qual seja: a necessidade de desconcentração municipal e setorial do comércio externo, pois os municípios das regiões Sertão Central, Centro Sul e Serra do Inhamuns continuam à margem do comércio internacional, com representatividade insignificante na pauta exportadora estadual.

7 RESTRIÇÕES E POTENCIALIDADES: REFLEXÕES CONCLUSIVAS

O comportamento do comércio exterior cearense, com suas peculiaridades, ao mesmo tempo que evidencia restrições existentes na economia estadual aflora janelas de oportunidades no mercado. Dessa forma, o artigo conseguiu, ao longo do levantamento proposto, identificar restrições e potencialidades, ao longo das quase três décadas observadas, com aspectos importantes que podem

sugerir provável reforço do comércio externo do estado para os próximos anos.

Destacou-se, nesse período, a importância da política de atração de investimentos do Governo do Estado da década de 1990, cujos investimentos conduziram as mudanças no perfil da pauta exportadora cearense. Dentre as janelas de oportunidades disponíveis no mercado externo encontram-se: a) os novos destinos para os produtos cearenses, principalmente China e Turquia, assim como intensificação das transações comerciais dos parceiros já consolidados, como os Estados Unidos. O ingresso de novos consumidores pode engendrar um ciclo virtuoso de crescimento para o Ceará no médio e longo prazos, na medida em que repercutirá sobre o nível de atividade econômica e, conseqüentemente, sobre as condições de produção interna.

Dentre os setores responsáveis pelo bom desempenho das exportações, encontram-se, recentemente, produtos oriundos da CSP, que começam a redesenhar o perfil do comércio cearense, como, por exemplo: produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado e gás natural liquefeito. O ganho de participação das vendas externas destes dois importantes setores da região do Pecém corrobora com o fato de terem ocorridas modificações importantes no ordenamento dos principais municípios exportadores e importadores nos últimos

anos, em especial, do município de São Gonçalo do Amarante, onde está localizada a Zona de Processamento das Exportações (ZPE) cearense.

Alguns setores exportadores do estado do Ceará aproveitaram, ainda, a janela de oportunidade aberta pela dinâmica da demanda mundial, a saber: gorduras vegetais, calçados, frutas e gás. Outros, como embarcações, cuja produção estadual, hoje, está voltada, sobretudo, para o mercado externo, podem se aproveitar dessa dinâmica mundial favorável e se inserir de forma mais ativa no mercado internacional.

Há ainda, espaços a serem ocupados no mercado internacional por setores os quais poderão ter suas vendas externas potencializadas quando o hub aéreo tiver em funcionamento, pois, nos dias atuais, algumas mercadorias produzidas no estado são exportadas por via aérea. A implantação do citado hub para as exportações cearenses pode ter dois efeitos de imediato: a) alcançar novos mercados; e b) exportar mercadorias com maior valor agregado. Nesse caso, setores exportadores, cujas especificidades estão associadas à perecibilidade, serão os maiores beneficiados com a implantação do citado hub.

Entretanto, paralelamente a estas oportunidades, o Ceará depara-se com aspectos desafiadores ao desenvolvimento do seu comércio externo. Aspectos estes que precisarão ser contornados no médio e longo prazo. Um fator restritivo é o peso das exportações de produtos de baixo valor agregado na pauta. Nesse sentido, embora não seja tarefa simples, é preciso estimular o desenvolvimento de produtos com maior conteúdo tecnológico, sendo este o objetivo para futuras políticas de exportação estadual. Outro ponto limitante da performance do comércio externo estadual refere-se à concentração dos principais municípios exportadores na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), Litoral Oeste e Litoral Leste do Estado.

A economia cearense ainda conserva no comércio externo forte peso nas trocas intersetoriais características da exploração de vantagens comparativas. A concentração setorial das exportações e dos destinos evidencia uma situação de dependência e vulnerabilidade, dificultando políticas públicas efetivas para o comércio externo. A cultura exportadora no estado do Ceará pode ser estimulada por um ambiente institucional que busque reforçar

a inserção competitiva das empresas no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- BALASSA, B. Revealed comparative advantage revisited: analysis of relative export share of industrial countries, 1953-1971. **Manchester School of Economic and Social Studies, Manchester, Manchester University Press**, v. 45, p. 327-44, 1977.
- _____. **Trade liberalization and revealed comparative advantage**. Londres: The manchester School of Economic and Social Studies, 1965.
- BRAGA, F. L. P.; VILHENA, L. G. de; LIMA, B. B. de. Inserção internacional do setor calçadista das regiões nordeste e sul do Brasil: dinâmica das exportações (2005-2015). **Revista Econômica do Nordeste**, v. 48, n. 3, p.129-146, Fortaleza, 2017.
- _____.; MELO, M. C. P. de. Intensidade tecnológica das transações externas brasileiras (2005-2015): uma análise regional. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 11, n. 3, p. 314-335, 2017.
- _____.; MELO, M. C. P. de; HOLANDA, D. R. Região Nordeste do Brasil e integração comercial com o Mercosul: parceria sustentada? **Revista de Economia**, v. 41, n. 3 (ano 39), p. 103-126, set./dez. 2015.
- BRASIL. Ministério da Economia, Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). **Plataforma Aliceweb2**. Disponível em: <http://www.aliceweb2.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- FONTENELE, A. M.; MELO, M. C. P. de. **Inserção internacional da economia cearense: potencialidades e limites para o crescimento**. Fortaleza: BNB, 2003.
- FUNCEX. FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR. Disponível em: <http://www.funcexdata.com.br>. Acesso em: mar. 2015.
- GRUBEL, H. G.; LLOYD, P. J. **Intra-industry trade: the theory and measurement of international trade in differentiated products**. London: MacMillan Press, 1975.
- HAGUENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas**. Texto para discussão, n. 211, ago. 1989. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/gic/pdfs/1989-1_Haguenauer.pdf. Acesso em: 30 abr. 2010.

HERRERO, L. **El comercio internacional**. Madrid, AKAL Ediciones, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estrutura Territorial**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial.html>. Acesso em: out./nov. 2017.

IPEA. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. **Banco de dados**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: out./nov. 2017.

IPECE. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. **Banco de Dados**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/banco-de-dados-cipp>. Acesso em: out./nov.2017.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional: teoria e política**. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2005.

LAFAY, G. Avantage comparatif et competitivité. **Economie prospective internationale**, n. 29. Paris, La documentation française/Revue du CEPII, 1987.

MELO, M. C. P. Empresas incentivadas e o perfil exportador do estado do Ceará em um ambiente globalizado. In: AMARAL FILHO, J.; CARRILLO, J. (coordenadores). **Trajetórias de desenvolvimento local e regional: uma comparação entre região nordeste do Brasil e Baixa Califórnia (México)**. Rio de Janeiro, E-papers, 2011.

MICHAELY, M. **Theory of commercial policy: trade and protection**. Oxford: University of Chicago Press, 1997.

MUNDURUCA, F. V.; SANTANA, J. R. de. Comércio exterior como estratégia de crescimento econômico: uma proposta de priorização de produtos exportáveis para a economia sergipana. **Documentos Técnicos Científicos**, Banco do Nordeste do Brasil (BNB), v. 43, n. 3, 2012.

PORTER, M. E. **Competição on competition: estratégias competitivas essenciais**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo. Editora: Abril Cultura, 1982.

SACHS, J.; WARNER, A. Economic reform and the process of global integration. **Brooking Papers on Economic Activity**, v.1, p.1-117, 1995.

SMITH, A. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

VIDAL, M. F. Comportamento recente da fruticultura na área de atuação do BNB. **Caderno Setorial Etene**, ano 2, n. 15, set. 2017.

_____. Panorama da piscicultura no Nordeste. **Caderno Setorial Etene**, ano 1, n. 3, nov. 2016.